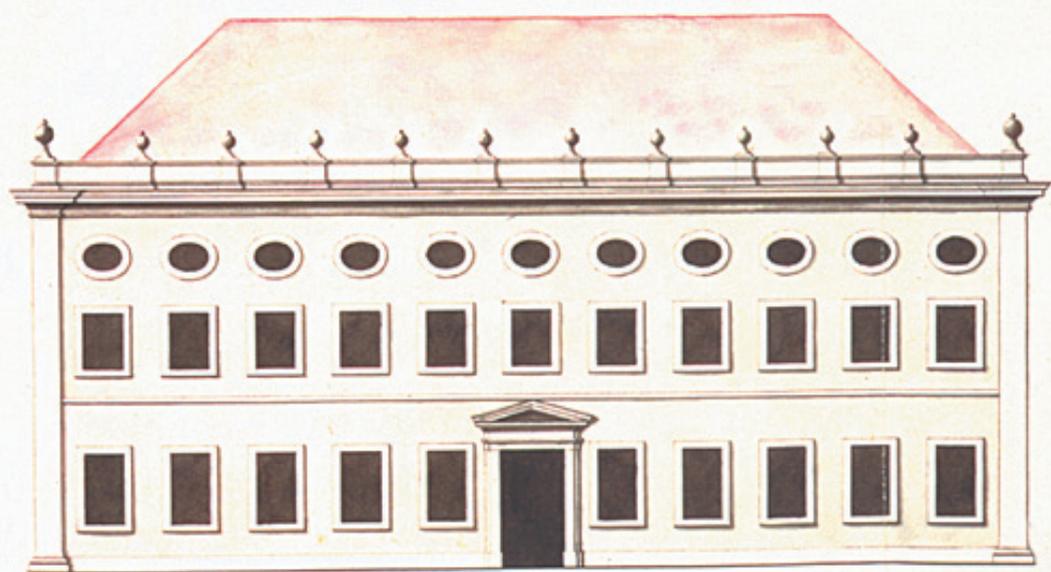


FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA • JOSÉ ANTUNES
IRENE VAQUINHAS • ISABEL NOBRE VARGUES • LUÍS REIS TORGAL
FERNANDO J. REGATEIRO

Imprensa da Universidade de Coimbra Uma história dentro da História



ELEVACÃO GEOMETRICA.
da
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

Guilherme Kläber, Tráf. Gráf. e Director

Theodoro Mariz P'ed'ad' Ajud'



Coimbra • Imprensa da Universidade

(Página deixada propositadamente em branco)

Imprensa da Universidade de Coimbra

Uma história dentro da História

Fernando Taveira da Fonseca

José Antunes

Irene Vaquinhas

Isabel Nobre Vargues

Luís Reis Torgal

Fernando J. Regateiro



Coimbra • Imprensa da Universidade

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

INFOGRAFIA
Paula Isabel Jorge
Estímulus [design] • Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA
Imprensa de Coimbra, Lda.
Couraça dos Apóstolos, 126
3000-372 Coimbra

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Guilherme Elsdén, alçado principal da Imprensa
(*Riscos das Obras da Universidade de Coimbra*,
prop. part., foto: José Pedro Aboim Borges)

ISBN
972-8704-02-X

DEPÓSITO LEGAL
171893/01

© NOVEMBRO 2001, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Imprensa da Universidade no Liberalismo e na I República



Gravura publicada no *Século Cómico*, 9 de Junho de 1919

A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE NO LIBERALISMO E NA I REPÚBLICA

Introdução: aspectos da actividade impressora em Portugal (do início do século XIX às primeiras décadas do século XX)

Uma avaliação do papel desempenhado pela Imprensa da Universidade ao longo do século XIX até ao termo da I República apresenta algumas dificuldades que se prendem, desde logo, com o conhecimento circunstanciado da actividade impressora em Portugal no decurso deste período.

A ausência de uma história da edição e a dispersão de estudos sobre o tema impede-nos, no estado actual da investigação histórica, de fazer um balanço exaustivo da actividade impressora no nosso país, pelo que esta breve síntese deve ser entendida como uma aproximação ao tema e, nesta medida, provisória, incompleta e sujeita a eventuais revisões. No que respeita ao conhecimento dessa actividade relativamente à imprensa da Universidade são fontes fundamentais os catálogos de livros das suas publicações nos séculos XIX e XX⁽¹⁾.

A evolução da actividade impressora em alguns países europeus do século XIX está associada à revolução industrial e ao extraordinário

⁽¹⁾. Vejam-se *A Imprensa da Universidade de Coimbra na Exposição do Livro Português em Madrid*, (Junho de 1928), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928; *Catálogo de livros à venda: edições da Imprensa da Universidade*, Coimbra, 1933; *Catálogo de livros editados pela extinta Imprensa da Universidade à venda na Imprensa Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1937 e, mais recentemente, em 1992, o Catálogo editado pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal da Figueira da Foz como apoio à Exposição Bibliográfica da Imprensa da Universidade realizada na Figueira da Foz e integrada nas comemorações do centenário do nascimento de Joaquim de Carvalho, *Imprensa da Universidade. Catálogo*, Figueira da Foz, 1992.

incremento tecnológico que aquela proporcionou. Em Portugal esse movimento foi tardio, só ganhando significado nos fins do século, em particular no último quartel, acompanhando os progressos na indústria tipográfica⁽²⁾, a expansão do ensino público, a evolução do gosto pela leitura e a lenta (mas paulatina) diminuição do analfabetismo, cuja taxa, por volta de 1900, ainda alcançava 78,6% da população.

Dá-nos conta do deficiente panorama nesta área, no início do século, o geógrafo veneziano Adriano Balbi que, no seu interessante inquérito intitulado *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*⁽³⁾, realizado aquando da sua estada ao tempo da primeira Revolução Liberal e coligido a partir de testemunhos e depoimentos de cientistas e homens da cultura da época, avalia em número de dezasseis, as oficinas de tipografia existentes no país. Um número que, na opinião daquele eminente membro da Academia de Trevisco, era muito escasso relativamente à população do reino e, em particular, se confrontado com a situação de outros países ou regiões da Europa. Em 1816, a província de Milão possuía 71 tipografias, a cidade de Estocolmo contava com 16⁽⁴⁾, para só mencionarmos dois exemplos. O panorama era, pois, desanimador, segundo aquele geógrafo.

A produção literária reflectia esta pobreza. Os catálogos disponíveis das casas livreiras (portuguesas e francesas), sediadas, ao tempo, no nosso país, e referentes ao período de 1800 a 1831, demonstram o peso esmagador das edições estrangeiras sobre as portuguesas⁽⁵⁾. A análise destas listagens de livros foi objecto de um estudo aprofundado, em 1986, por parte de Fernando Guedes, o qual permitiu ao autor detectar os ritmos de incremento e de retracção da actividade impressora durante a primeira metade do século, bem como as alterações sofridas nos suportes de

(2). José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 227-229.

(3). Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*, tome second, Paris, Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822, p. 98.

(4). *Ibidem*.

(5). Situação idêntica caracterizava a imprensa periódica, não se conhecendo, no nosso país, qualquer jornal literário, nos primeiros anos do século XIX, António Pedro Vicente, "Panfletos Anti-Napoleónicos durante a Guerra Peninsular. Actividade editorial da Real Imprensa da Universidade", *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 20, 1999, IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 105.

publicação. Neste campo específico, as principais modificações dizem respeito à publicação de livros em fascículos, por subscrição ou assinatura, modalidade que persiste até ao século XX, como recentemente assinalou Manuela Tavares Ribeiro num artigo de síntese sobre a sociologia da leitura no século XIX⁽⁶⁾. Em meados de Oitocentos, as publicações portuguesas, já bastante ilustradas, eram ainda realizadas em papel ordinário, sem grandes cuidados gráficos, reflectindo o nosso atraso tecnológico no domínio da edição.

Uma primeira proposta para dinamizar a produção literária e modernizar a arte tipográfica e a da encadernação, "tão definhadas entre nós"⁽⁷⁾, data de 1821. Trata-se da iniciativa de um grupo de jovens bacharéis da Universidade de Coimbra (Francisco Luís Gouveia Pimenta, Leonel Tavares Cabral, Joaquim Alves Maria Sinval, todos de Leis, Inácio António da Fonseca Benevides e Joaquim José Fernandes, ambos de Medicina, e ainda João Aleixo Pais, bacharel em Cânones) que apresentaram o projecto de uma Sociedade Tradutora e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir e de Encadernar, dirigida pelo célebre impressor de Lisboa, Julião Rolland⁽⁸⁾. Na mesma linha surge, em 1837, outra empresa - a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis -, mais conhecida pela publicação, inovadora entre nós, de *O Panorama, jornal de recreio e instrução*, do qual Alexandre Herculano e Feliciano de Castilho foram dois consagrados colaboradores⁽⁹⁾.

Ainda no contexto do triénio liberal, há que mencionar o papel dos gabinetes de leitura, "lojas de ler e de alugar livros", os quais contribuíram para incentivar a leitura e fidelizar públicos⁽¹⁰⁾, bem como a acção desenvolvida por editores e outros homens da cultura, responsáveis, em grande parte, pela divulgação de colecções. Foi notável, a este título, a acção levada a cabo por David Corazzi, verdadeiro "fura-vidas dos editores

⁽⁶⁾. Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Livros e leituras no século XIX", *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 20, 1999, IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 187-227.

⁽⁷⁾. Jorge Peixoto, "Para uma história do livro em Portugal", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, tomo XIV, 1974.

⁽⁸⁾. Maria Manuela Tavares Ribeiro, *art. cit.*, p. 192.

⁽⁹⁾. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 167-171.

⁽¹⁰⁾. Sobre o papel dos gabinetes de leitura veja-se Manuela Domingos, *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*, Lisboa, IPED, 1985.

portugueses", de quem se dizia possuir "a tenacidade do caruncho e a teimosia do mosquito"⁽¹¹⁾ a quem se deve parte do *boom* livreiro que ocorreu no nosso país, a partir dos anos 1870. Corazzi foi ainda pioneiro nas técnicas publicitárias, recorrendo ao sistema de brindes e de prémios sorteados por meio da lotaria de forma a cativar leitores.

Para além de Lisboa, também na cidade do Porto há a registar uma actividade editorial relativamente significativa, destacando-se, na primeira metade de Oitocentos, a imprensa do Gandra (João Nogueira Gandra), e as casas Moré e a de Ernesto Chardron.

Em Coimbra, é no contexto de reforma pombalina da Universidade (1772) que se enquadra a criação da Imprensa da Universidade, herdeira da Real Oficina da Universidade⁽¹²⁾, cujas instalações gráficas se localizaram num claustro junto à Sé Velha, onde outrora residiram os Jesuítas. Sujeito a obras de beneficiação, o edifício estendeu-se para as zonas contíguas, ocupando áreas residenciais e quintais, de tal modo que, no final do século XIX, era qualificado por Joaquim Martins de Carvalho "no seu género o melhor do reino, sendo até superior ao da Imprensa Nacional"⁽¹³⁾. Uma localização que não distava muito do cognominado "bairro dos livreiros e dos impressores"⁽¹⁴⁾ e que se circunscrevia às ruas das Fangas (actual Rua Fernandes Tomás), Quebra Costas e Arco de Almedina. Só na segunda metade do século XIX, as tipografias saem desta zona da Alta coimbrã, estendendo-se a outros pontos da cidade.

A organização da Imprensa da Universidade em novos moldes deu impulso à actividade editorial e elevou, a um alto nível, a arte de imprimir. Porém, como afirma Pinto Loureiro, "fez uma concorrência mortal às oficinas particulares e reduziu ao silêncio, por muitos anos, os editores

⁽¹¹⁾. Mário Viana, "David Corazzi, um editor português do século XIX", *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 5º, nº 2, Jul. – Dez. 1990, p. 109.

⁽¹²⁾. Joaquim Martins de Carvalho, *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficência*, Coimbra, 1891. Este estudo está também publicado em *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XL, Julho de 1892 a Junho de 1893, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1893, pp. 448-461.

⁽¹³⁾. Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 5.

⁽¹⁴⁾. José Pinto Loureiro, *Livreiros e livrarias de Coimbra do século XVI ao século XX*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1954, p. 92.

que não puderam entrar em competição com tal adversário"⁽¹⁵⁾. Na verdade, os números certificam esta afirmação. Se, no século XVII, existiam na cidade de Coimbra 20 livreiros⁽¹⁶⁾, em 1884, subsistiam 8⁽¹⁷⁾ e, em 1891, 12 oficinas tipográficas, contando com a da Imprensa da Universidade⁽¹⁸⁾.

As perturbações de ordem política, social e cultural da primeira metade do século XIX (invasões francesas, revolução liberal, fecho da Universidade, entre outros acontecimentos) reflectiram-se na actividade editorial da Imprensa universitária, fazendo-a inflectir. Subordinada aos interesses académicos, a produção livreira é escassa (cerca de 70 obras), nas duas primeiras décadas de Oitocentos, consagrada aos livros científicos, com destaque para as obras jurídicas, de medicina e sermonário, como se pode comprovar pelo Catálogo apresentado por Adriano Balbi das obras editadas pela tipografia da Universidade, de 1800 a 1820⁽¹⁹⁾.

A ausência de investimento na política editorial prossegue até à década de 1850, não se detectando quaisquer iniciativas de vulto ou modificações de fundo. O ensino ministrado nas Faculdades não apelava grandemente à leitura e à consulta bibliográfica, o que se reflectia em modestas vendas de livros. Aliás, a análise das receitas da Imprensa da Universidade, de 1854 a 1857, vista como um mero indicador, vem ao encontro destas conclusões, permitindo verificar que os principais rendimentos provinham da realização e composição de trabalhos tipográficos, em particular, de livros para uso administrativo das instituições académicas, e, de modo algum, de uma actividade livreira, autónoma e específica da academia conimbricense. As principais receitas eram obtidas com a venda dos livros de matrículas da Universidade e do Liceu de Coimbra, as quais compulsaram 39%, 41% e 35% dos montantes globais dos anos de 1854-1855, 1855-1856 e 1856-1857. Já os lucros obtidos com a venda de livros não ultrapassaram os 31% naqueles mesmos anos. Se

(15). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 77.

(16). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 9. Até meados do século havia uma grande identidade entre livreiros e editores que, em regra, acumulavam funções.

(17). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 9 e *O Conimbricense* de 2 de Setembro de 1884.

(18). Joaquim Martins de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 7-8.

(19). Adrien Balbi, *ob. cit.*, tome second, pp. CCCXXVI-CCCXXVIII.

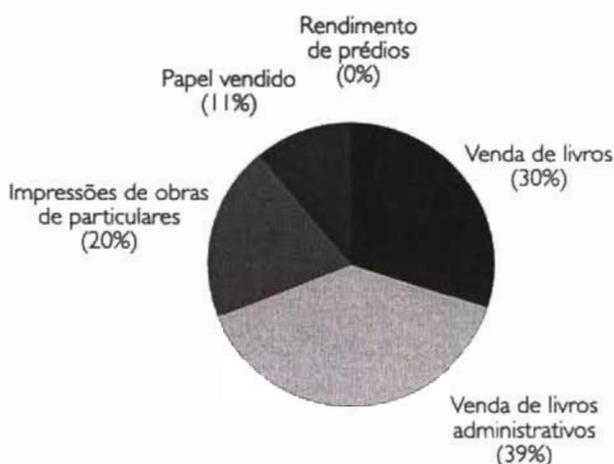
Tabela 1 - Tipografias de Coimbra em 1891

Tipografias	Localização	Propriedade
Da Universidade	Rua da Ilha, n.º 1	Joaquim Martins de Carvalho
De O Conimbricense	Rua das Figueirinhas, n.º 37	Bach. João Aliredo de Macedo e Santos
De O Tribuno Popular	Rua da Moeda, n.º 19	Manuel Caetano da Silva
Auxiliar de Escritório	Rua do Comércio, n.º 11	Bach. Ruben Augusto de Almeida Araújo Pinto
Imprensa Académica	Rua do Carmo, N.º 71	J. J. dos Reis Leitão & Irmão
De A Ordem	Rua do Norte, n.º 6	José Monteiro Pinto Ramos
Minerva	Rua Ferreira Borges, n.º 153	Bach. Hermano José Ferreira de Carvalho
Independência	Rua dos Coutinhos, n.º 14	João Evangelista da Silva Pinto
União	Rua Fernandes Tomás, n.º 28	Pedro Augusto Cardoso de Figueiredo
Operária	Rua Corpo de Deus, n.º 91	José Pereira da Cruz
Da Voz do Artista	Rua da Sofia, n.º 90	
Das Instituições Christãs	Seminário Episcopal	

Fonte: Joaquim Martins de Carvalho. *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficência*, Coimbra, 1891, pp. 7-8

tivermos presente que, por aviso régio de 10 de Setembro de 1824⁽²⁰⁾, era obrigatória para todos os alunos, a aquisição, na Imprensa, dos compêndios das disciplinas leccionadas, poder-se-á concluir que o gosto pela leitura não estaria muito arreigado entre a mocidade estudantil ou, pelo menos, do tipo de livros que aí se poderiam adquirir.

Receitas da Imprensa da Universidade de 1854 a 1855 ⁽²¹⁾

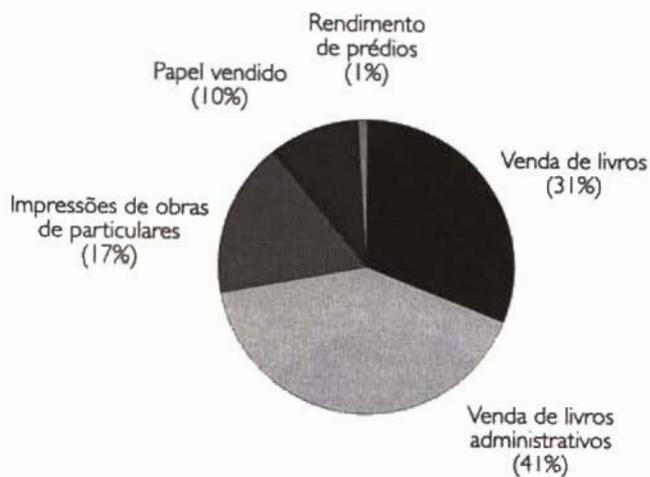


A situação muda a partir de finais da década. Acompanhando as alterações decorrentes da relativa estabilidade política e social proporcionada pela *Regeneração*, "nome português do capitalismo" como um dia lhe chamou Oliveira Martins, rasgam-se novos horizontes mentais, alargam-se as possibilidades culturais, e, ao mesmo tempo que se começam a ouvir, pelos campos, os comboios, emergem novas correntes ideológicas - o socialismo, o republicanismo, entre outras - que, lenta mas decisivamente,

⁽²⁰⁾. *Legislação académica* colligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada, revista e ampliada pelo Dr. Antonio dos Santos Viegas, vol. I, 1772-1850. Coimbra, Imprensa da Universidade. 1894, p. 143.

⁽²¹⁾. Estas percentagens foram obtidas a partir do estudo contabilístico das "Contas da receita do cofre da Imprensa", insertas no *Almanak da Instrução Publica em Portugal 1857 Primeiro Anno*, por José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, pp. 42-43 e *Almanak da Instrução Publica em Portugal 1858 Segundo Anno*, por José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857. pp. 92-93.

Receitas da Imprensa da Universidade de 1855 a 1856 ⁽²¹⁾



Receitas da Imprensa da Universidade de 1856 a 1857 ⁽²¹⁾

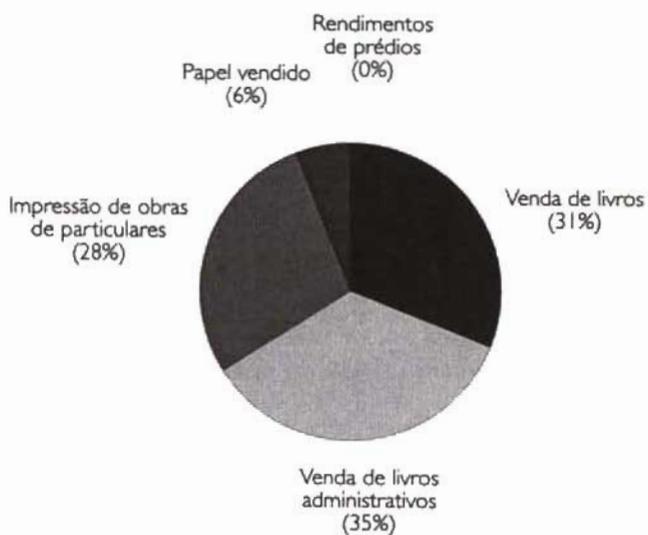


Tabela 2 - Receitas da Imprensa da Universidade (em réis)

	1854-1855		1855-1856		1856-1857	
	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
Venda de Livros na loja	296990	2,81	367815	3,61	320790	3,14
Venda de Livros no armazém	2794851	26,4	2597994	25,5	2298354	22,5
Venda de Livros para os comissários	104478	0,99	187158	1,84	318247	3,12
Impressões de obras de particulares	2112520	20	1722505	16,9	2688610	26,3
Papel empregado nas ditas impressões					698840	6,85
Papel vendido para impressões	434710	4,11	809500	7,94		
Papel vendido a peso e outros objectos	736232	6,96	256960	2,52	554950	5,44
Venda de livros para as matriculas da Universidade	3747450	35,4	3818690	37,4	2831080	27,7
Venda de livros para o Liceu	333580	3,15	367610	3,6	486370	4,77
Rendimentos de prédios	13070	0,12	71010	0,7	8520	0,08
Total	10573881	99,9	10199242	100	10205761	99,9

Fonte: Almonak da Instrução Publica em Portugal (1857 e 1858), por José Maria de Abreu

se vão enraizando nas consciências. Toda esta nova ambiência não deixaria de ter repercussões na actividade da Imprensa. Multiplicam-se as publicações, tanto as de carácter científico (dissertações magnas, compêndios, programas das disciplinas, relatórios, colecções de legislação e códigos) como as de carácter literário (livros de poesia, discursos e elogios fúnebres, traduções), redigidas em diversas línguas, principalmente a portuguesa e a latina. Datam ainda dos anos cinquenta algumas publicações periódicas de relevo, como a revista *O Instituto: Jornal Científico e Litterario*, de grande longevidade no panorama da edição em Portugal, sobrevivendo até ao século XX, mais precisamente de 1852 a 1934 (87 volumes).

Todavia, afigura-se impossível estabelecer uma correlação directa e imediata entre o aumento de publicações e a actividade editorial da Imprensa da Universidade. Esta também funcionava como casa impressora, admitindo nos seus prelos obras de várias proveniências. Poder-nos-emos, aliás, perguntar se o recurso à edição de obras alheias à Universidade não terá consistido numa solução para ultrapassar um problema económico, uma vez que, a avaliar por alguns dados disponíveis, a Imprensa apresentava prejuízos. Dá-nos conta dessa situação, o relatório desta instituição relativo ao ano lectivo de 1853-1854, em que se alude de uma forma clara ao "ruinoso estado e quase decadência" a que esta chegou⁽²²⁾, bem como algumas informações concernentes às suas despesas. É o caso do ano económico de 1856-1857, que fechou com saldo negativo, como nos mostra a contabilidade deste "auxiliar poderoso e indispensável das ciências e das artes", para usarmos a terminologia do tempo, publicada no *Almanak da Instrução Publica*⁽²³⁾.

Os finais do século XIX, princípios do século XX, coincidindo com a crise do regime monárquico, foram de instabilidade para toda a imprensa. É impossível, neste momento, avaliar do impacto dos decretos coercivos da

(22). "Relatorio da Imprensa da Universidade no anno lectivo de 1853 a 1854, incluindo os trabalhos de reforma e melhoramento promovidos pela commissão creada por portaria do governo, de 7 de Novembro de 1853", *O Instituto, Jornal Científico e Litterario*. Terceiro volume. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, pp. 189-193.

(23). Mais precisamente com um saldo negativo de 1703993 réis, *Almanak da Instruccion Publica em Portugal 1858 Segundo Anno*, por José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, pp. 92-93.

liberdade de imprensa na actividade editorial da Universidade, em especial a "segunda Lei das Rolhas", o "ominoso" e "ditatorial" Decreto de 29 de Março de 1890⁽²⁴⁾, promulgado pelo ministério de João Franco e Hintze Ribeiro. Embora, pelo menos em teoria, a principal visada fosse a imprensa periódica em geral e o jornalismo de matriz republicana e anarquista em particular, um clima de repressão abateu-se sobre toda a actividade impressora. Em Coimbra, o próprio jornal *O Conimbricense*, afecto ao regime monárquico e de tendência conservadora, não deixaria de manifestar a sua indignação perante o apertar do garrote repressivo em torno da imprensa, afirmando-se, no editorial de 5 de Novembro de 1895: "A sorte da Imprensa está de tal modo dependente do governo que, quando este quer, faz expedir uma circular aos delegados do procurador régio para que persigam a Imprensa e ela é efectivamente perseguida e condenada; e quando por qualquer motivo lhe convém que se não persiga tão violentamente a Imprensa, assim o determina aos seus subordinados. É a espada de Dâmocles suspensa sobre o jornalismo"⁽²⁵⁾.

A agravar este clima de instabilidade sobre a imprensa coimbrã, acrescem ainda outros factores que afectaram de um modo particular a Imprensa da Universidade. Referimo-nos, em concreto, a desavenças internas entre os órgãos dirigentes⁽²⁶⁾, bem como à concorrência feita a esta empresa gráfica, por alguns livreiros-editores, em particular a casa editora de Francisco França Amado. Estabelecido em Coimbra no ano de 1891, com

(24). Maria da Conceição Meireles Pereira, "Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898)". *A indústria portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio 4 e 5 de Dezembro de 1997*, coord. por Jorge Fernandes Alves. Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 1998, p. 98.

(25). Cit. por José Tengarrinha. *ob. cit.*, p. 251. Veja-se também sobre o mesmo assunto Alberto A. de Carvalho e A. Monteiro Cardoso, *Da liberdade de imprensa*. Lisboa, Editora Meridiano Limitada, 1991; Graça Franco, *A censura à imprensa (1820-1974)*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1993; José Miguel Sardica, "Censuras à imprensa durante a monarquia", *História*. Março 2000, pp. 28-37.

(26). Referimo-nos em particular a conflitos nos finais do século XIX entre os administradores, Olímpio Nicolau Rui Fernandes e Manuel da Costa Alemão e o revisor Abílio Augusto da Fonseca Pinto. Sobre o assunto veja-se: Abílio Augusto da Fonseca Pinto, *Breve Exposição aos seus amigos*, Coimbra, Imprensa Litteraria, s. d., e Manuel da Costa Alemão, *A Imprensa da Universidade. Exposição verdadeira ao Paiz*, I e II, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1882.

duas livrarias e uma tipografia, este editor-livreiro, mercê de boas relações e de uma capacidade empreendedora notável, iniciou, em 1894, uma intensa actividade editorial, com particular incidência no campo do direito e da literatura moderna e clássica⁽²⁷⁾.

Se tivermos presente que, ao tempo, os estudos jurídicos eram aqueles que congregavam o maior número de estudantes universitários⁽²⁸⁾, não é difícil prever o êxito alcançado pela nova casa editora que dispunha à partida de boas condições de receptividade para a sua produção científica. Aliás, logo em 1894, se gerou um contencioso com o administrador interino da Imprensa da Universidade, o bacharel Albino de Melo, a propósito de "uma questão de contas". Em causa estava a venda, por parte da tipografia França Amado, de compêndios de uso obrigatório para os estudantes universitários, a que a Imprensa da Universidade se opunha, uma vez que deixaria de receber as respectivas percentagens de venda (entre 5 a 25%), limitando-se a "colher as despesas de composição e impressão"⁽²⁹⁾. Uma *petite histoire* da grande história da imprensa que se impõe deslindar... Todavia, o que convém realçar é a concorrência efectuada à Imprensa da Universidade por um livreiro que fazia sair da sua oficina gráfica obras nas quais "era notável o esmero e a perfeição dos trabalhos"⁽³⁰⁾.

A imprensa volta a reanimar-se durante a I República, não obstante, e face ao desenvolvimento tecnológico alcançado no campo das artes gráficas, não haver em Coimbra, segundo José Pinto Loureiro, "nem uma grande casa editora, nem uma tipografia bem montada"⁽³¹⁾. E prossegue este autor: "Aparte a Imprensa da Universidade, que estava longe de fazer face às exigências de publicidade de um centro de produção intelectual como Coimbra, não havia onde se imprimissem as revistas que aqui viam a luz

(27). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, pp. 88-91.

(28). Maria Manuela Tavares Ribeiro e Irene Maria Vaquinhas, "Os estudantes da Universidade de Coimbra da reforma pombalina à República", *História das Universidades*, tomo II (no prelo).

(29). *Ao Publico*, Questão levantada pelo Administrador Interino da Imprensa da Universidade o Sr. Bacharel Albino de Mello contra Francisco França Amado, livreiro editor, successor da casa Orzel (Documentos), Coimbra, Typographia de F. França Amado, 1894, p. 11.

(30). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 82.

(31). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 96.

nem os numerosos livros que aqui se escreviam”⁽³²⁾. Daí a necessidade, sentida por alguns livreiros, de organizar a actividade impressora de um modo industrial, de forma a alcançar um público mais vasto e a embaretecer os custos da edição, tanto mais que o restabelecimento da liberdade de imprensa pelo regime republicano veio alargar o espaço de intervenção das publicações gráficas⁽³³⁾. Deram-se alguns passos nesse sentido, fundando-se empresas de alguma envergadura (é o caso da Coimbra Editora), enquanto outras desapareceram. Deficientes apetrechamentos técnicos, escassez de capitais, falta de rentabilidade económica favoreceram o fenómeno de concentração que se veio a verificar.

A instituição: espaços e protagonistas

Nesta breve enunciação da actividade da Imprensa da Universidade impõe-se, neste momento, identificar a instituição sob outros aspectos que nos permitam compreender melhor a sua acção no contexto universitário, local e nacional.

Assim, pretendemos chamar a atenção para a sua importância cultural através da melhor identificação ao nível do espaço que ocupou na zona histórica da cidade bem como dos responsáveis que a geriram até às primeiras décadas do século XX.

Em 1891, a Imprensa da Universidade funcionava num edifício amplo, sito entre a Rua da Ilha (a entrada principal) e a Rua do Norte, junto à Sé Velha, em instalações previstas e determinadas no século XVIII pelo Marquês de Pombal. Para além do edifício central, a Imprensa anexava ainda a casa onde residia o administrador, bem como as dependências onde funcionavam as oficinas de composição, de impressão e de encadernação, uma escola tipográfica e a loja de venda de livros. Espaços amplos e funcionais caracterizavam esta empresa editorial, cuja descrição se encontra no Anuário da Universidade de 1867-1868, vindo mais tarde a servir de sede ao *Instituto*.

(32). José Pinto Loureiro, *ob. cit.*, p. 96.

(33). O decreto com força de lei de 28 de Outubro de 1910 regulou o exercício de liberdade de imprensa. José Tengarrinha, *ob. cit.*, pp. 260-263.

Naturalmente a aproximação à realidade de uma instituição passa pelo conhecimento dos seus responsáveis e de todos aqueles que partilharam o seu quotidiano. É evidente que, entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, foram várias as directivas emanadas assim como se registou uma evolução natural dos seus quadros. Embora de uma forma lacunar, dado o actual estado da investigação histórica, é possível conhecer alguns dos seus principais protagonistas, bem como as funções que desempenharam ao longo dos anos.

Conhecem-se, embora de forma incompleta, alguns Regulamentos relativos à Imprensa da Universidade, através dos quais nos é possível acompanhar as funções e as atribuições inerentes a esta instituição. São eles: o Regimento de 9 de Janeiro de 1790⁽³⁴⁾, o *Regulamento provisório para a Imprensa da Universidade de Coimbra*, de 1854, e o Regulamento da Imprensa da Universidade de 12 de Julho de 1871⁽³⁵⁾.

Com a reforma pombalina é nomeado administrador da Imprensa, em 1773, Bernardo Correia de Azevedo Morato. Data de 1790 a aprovação do primeiro regimento da Imprensa (alvará de 9 de Janeiro). De acordo com as suas disposições, o então reitor da Universidade, o principal Castro, nomeou os funcionários que passaram a ser os responsáveis pela instituição. Desta forma, a 9 de Junho de 1790, António Barneoud, mercador de livros, foi nomeado administrador da Imprensa, enquanto João António Bezerra de Lima, professor de Gramática Latina, e José Fernandes Álvares Fortuna, professor de Grego, foram nomeados respectivamente director e revisor da Imprensa.

O Regimento de 9 de Janeiro de 1790 determinava ainda que o governo da Imprensa da Universidade incumbia a um director, a um revisor e a um administrador. Enquanto o primeiro deveria pertencer ao corpo universitário, com conhecimentos de bibliografia e arte tipográfica, e com "as necessárias circunstâncias de prudencia, zelo e actividade, para entender com acerto sobre tudo o que pertence ao bom governo, progresso e adiantamento desta importante officina", o revisor, também membro do funcionalismo

(34). Arquivo da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade, Caixa Doc. Av., Dep. IV - Sec. 1ª E - Est. I - Tab. 4 - nº 6.

(35). *Anuario da Universidade de Coimbra*, Anno Lectivo de 1896-1897, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, pp. 217-218.

universitário deveria "ter a inteligência necessária das línguas", conhecer a arte tipográfica, de forma a que as obras saídas dos prelos da Imprensa se distinguissem pela "correção" e "boa execução tipográfica". Quanto ao administrador, deveria ser um mestre impressor ou um mercador de livros, com larga experiência no campo da gestão financeira de uma oficina de tipografia e com facilidades de contactos com vista à comercialização dos livros⁽³⁶⁾. Os vencimentos seriam iguais para os três cargos (120000 réis), dispondo também de aposentos no edifício da Imprensa.

No decurso do século XIX houve casos de acumulação de funções, tal como ocorreu em 1824, com Joaquim Inácio de Freitas, simultaneamente revisor e director.

A portaria de 18 de Julho de 1834 determinou que o cargo de director da Imprensa passasse a ser exercido pelo bibliotecário da Universidade que ganharia apenas o seu ordenado como bibliotecário, bem como aposentadoria no edifício da Imprensa. Estabelecia-se ainda uma hierarquia nos vencimentos dos funcionários. Registe-se como um dado curioso, o facto de o revisor vencer um ordenado superior ao do administrador.

Nos finais do século XIX, e com autorização do director da Imprensa, Bernardo de Serpa Pimentel, foi publicado o Manifesto da autoria do republicano José Falcão, *A Communa de Pariz e o governo de Versalhes*⁽³⁷⁾, considerado por Fernando Catroga uma das obras políticas mais progressistas do seu tempo e das poucas que então "ousou defender os revoltosos de Paris"⁽³⁸⁾. Em consequência, o cargo de director foi extinto, em 1871, passando as suas funções a ser exercidas pelo administrador, ao tempo desempenhadas por Olímpio Nicolau Rui Fernandes. De acordo com o novo *Regulamento* determinava-se que "A direcção da Imprensa da Universidade de Coimbra incumbe ao administrador, sob a imediata inspecção do Reitor. § único. Na falta ou impedimento do administrador

⁽³⁶⁾. Regimento de 9 de Janeiro de 1790 (art. 4º) e Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade*, separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, 1923-1926, Lisboa, 1976, p. 30.

⁽³⁷⁾. "Obras impressas no anno lectivo de 1870-1871", *Annuario da Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1871 a 1872*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, p. 149. Sobre o mesmo assunto veja-se também: Delphim Gomes, *A Imprensa da Universidade e as portanas do Sr. Reitor*, Coimbra, Typ. França Amado, 1896.

⁽³⁸⁾. Fernando Catroga, "José Falcão. Um lente republicano", *Biblos*, vol. 52, 1976, p. 291.

Tabela 3 - Vencimentos de alguns funcionários da Imprensa em 1834

	Quantias	%
Revisor	240000	21,2
Administrador	220000	19,4
Escriturário	100000	8,83
Fiel	146000	12,9
Abridor	146000	12,9
Mestre dos oficiais e aprendizes	33000	2,91
Alçador	73000	6,44
Mestre dos impressores	28800	2,54
Fundidor de tipos	146000	12,9

Fonte: Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade*, p. 30.

da Imprensa, o reitor da Universidade provê interinamente a substituição"⁽³⁹⁾.

Pelo mesmo *Regulamento*, também era alterada a forma de acesso aos lugares de administrador e de revisor, uma vez que passavam a ser providos por concurso público. De acordo com o estipulado "a nomeação deve recair em indivíduos que possuam habilitações literárias. O administrador deve ter, além disto, conhecimento prático da arte tipográfica" (Art. 5º).

Estas alterações de carácter administrativo inserem-se num contexto muito particular da vida política e cultural portuguesa e europeia. A década de setenta do século XIX é, na verdade, marcada por uma grande instabilidade com reflexos inevitáveis em atitudes defensivas por parte dos poderes públicos. A guerra franco-prussiana, a Comuna de Paris, a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, a nível internacional, ou as Conferências do Casino, o início do movimento grevista e o "arranque" do Partido Republicano Português, no nosso país,

⁽³⁹⁾, "Decreto Regulamentar de 12 de Julho de 1871", *Anuario da Universidade de Coimbra*, Anno Lectivo de 1896-1897, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, p. 217.

são alguns dos acontecimentos que marcaram uma conjuntura de teor insurreccional que assustou os poderes instalados. Neste contexto, a publicação de um texto favorável à ideologia republicana na Imprensa da Universidade não poderia passar impune. A extinção do cargo de director e o maior controlo, por parte do reitor, das actividades da "dircção da Imprensa" são duas providências cautelares então tomadas⁽⁴⁰⁾.

Foram vários aqueles que ajudaram a construir a história da Imprensa da Universidade na época que analisamos, entre os quais se contam os administradores⁽⁴¹⁾, os revisores, os operários, alguns bens conhecidos, outros nem tanto. Por exemplo, e como bem evidencia o quadro dos administradores nos séculos XIX e XX, que recenseia alguns aspectos sumários dos seus perfis biográficos, alguns assumiram a gestão da empresa por um prolongado período, tendo simultaneamente exercido um papel destacado na história da cidade e na cultura do seu tempo. Constituindo a face legal da empresa editorial, sendo também os principais responsáveis por todas as matérias exaradas, alguns são hoje, personalidades desconhecidas do grande público mas que a toponímia da cidade de Coimbra fixou em nomes de ruas.

De entre os administradores, destacam-se, entre outros, Olímpio Nicolau Rui Fernandes, que exerceu este cargo durante 8 anos (de 1871 a 1879), bem como Abílio Augusto da Fonseca Pinto (de 1885 a 1893).

Olímpio Nicolau Rui Fernandes foi um destacado impulsor do associativismo coimbricense, tendo sido sócio fundador de inúmeras organizações, em especial, da Associação dos Artistas de Coimbra (1862), da Associação Comercial (1863), da Associação Conimbricense do Sexo Feminino (1867), da Associação Liberal (1875) e da Companhia Edificadora e Industrial (1876). Em 12 de Janeiro de 1906, a Associação dos Artistas solicitou ao município de Coimbra que o nome daquele seu

⁽⁴⁰⁾. O Regulamento de 12 de Julho de 1871 determina mesmo, no art. 8º, § único que "O reitor, *quando julgar necessario*, convoca o administrador, o revisor e o contador, para ouvir o seu voto sobre assumptos da administração interna deste estabelecimento", (sublinhado nosso), *Anuario da Universidade de Coimbra*, Anno Lectivo de 1896-1897, p. 218.

⁽⁴¹⁾. As funções de director, revisor e administrador da Imprensa da Universidade sofrem, desde finais do século XVIII, alterações sensíveis, tanto na sua importância como nas actividades desempenhadas. pelo que se impõe um estudo crítico do quadro do pessoal desta instituição universitária.

Tabela 4 - Pessoal da Imprensa

	1856-1857	1871-1872	1891	1898-1899	1921
Administrador		1	1	1	1
Revisor		1	1	1	
Secretário-revisor					1
Escriturário		1			
Ajudante-leitor		1	1	1	
Contador interino			1	1	
Amanuense		1	1	1	1
Tesoureiro e fiel		1	1	1	1
Revisores-ajudantes					2
Mestre					1
Aprendizes					14
Director das oficinas de composição	1	1	1	1	1
Compositores				20	17
Oficiais da composição	16				
Aprendizes de composição	11				
Fiel dos armazéns		1			
Mestre da Escola Tipográfica *		1	1	1	
Mestre dos impressores	1	1	1	1	1
Impressores				4	7
Oficiais de impressão	6				
Aprendizes de impressão	7			4	
Serventes	1				9
Alçador	1	1	1	1	1
Litógrafo	1				
Porteiro e contínuo		1	1	1	1
Compositores (aprendizes)			23	4	
Escola Tipográfica (aprendizes)			5	2	
Impressores			6		
Total	45	12	45	45	58

Fonte: Joaquim Martins de Carvalho, *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficência*, Coimbra, 1891; *Anuario da Universidade de Coimbra, Anno lectivo de 1871 a 1872*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871; *Anuario da Universidade de Coimbra, Anno lectivo de 1898-1899*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899; Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade*, pp. 28-29.

destacado fundador fosse atribuído à Rua do Mercado, em homenagem à sua figura e obra⁽⁴²⁾.

Abílio Augusto da Fonseca Pinto, administrador durante 8 anos (de 1885 a 1893), foi um profundo conhecedor da Imprensa da Universidade, tendo anteriormente exercido, desde 1865⁽⁴³⁾, as funções de revisor.

Francisco José de Sousa Gomes, administrador da Imprensa da Universidade no período conturbado que antecedeu a implantação da República, mais precisamente de 1900 a 1911, era sócio do *Instituto* e professor catedrático de Filosofia, tendo exercido também, entre outros cargos, o de presidente da Obra dos Congressos Católicos, em 1908⁽⁴⁴⁾.

Tanto Joaquim Martins Teixeira de Carvalho como Joaquim de Carvalho, últimos administradores, mantiveram-se à frente da Imprensa por períodos de tempo relativamente longos, superiores a dez anos. Já outras individualidades fizeram breves mandatos⁽⁴⁵⁾. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, doutorado pela Faculdade de Medicina, destacou-se sobretudo como arqueólogo, polígrafo e jornalista de arte⁽⁴⁶⁾.

Ao findar a I República é fundamental conhecer melhor a acção dos últimos administradores à frente da Imprensa, em particular a de Joaquim de Carvalho⁽⁴⁷⁾, aquele que viu o seu trabalho interrompido com o decreto do governo salazarista que, em 1934, extinguiu a Imprensa da Universidade. Naturalmente que nesta Exposição, bem como em outros

(42). *Anais do Município de Coimbra, 1904-1919*, p. 51; João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, vol. I, tomo II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1982, pp. 595-605.

(43). Abílio Augusto da Fonseca Pinto, *ob. cit.*, p. 5.

(44). *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis, 1772-1937*, vol. II, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992, pp. 279-280.

(45). É o caso, entre outros, de Manuel da Costa Alemão e de Francisco Augusto Correia Barata. Manuel da Costa Alemão, decano e director da Faculdade de Medicina, de 1899 a 1911, administrador do Hospital da Universidade, de 1902 a 1910, foi ainda Presidente da Câmara de Coimbra (de 1890 a 1892) e chefe do Partido Monárquico, depois da implantação da República. Tal como alguns dos seus antecessores era igualmente sócio do *Instituto*. Francisco Augusto Correia Barata, licenciado em Filosofia, foi secretário da Faculdade de Filosofia, de 1873 a 1877, e director do Gabinete de Química, no período de 1890 a 1898. *Memoria Professorum [...]*, *ob. cit.*, pp. 191-192; 274.

(46). *Memoria Professorum [...]*, *ob. cit.*, p. 201.

(47). Consulte-se, entre outras, Jorge Peixoto, *ob. cit.*, para além da *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, 9 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

Tabela 5 - Administradores da Imprensa da Universidade (1773-1934)

Administradores	Formação	Início	Termo	Duração (Anos)
Bernardo Correia de Azevedo Morato		1773	1790	17
António Barmecoud		1792		
João Francisco da Cruz	Livreiro		1861	
Olimpio Nicolau Rui Fernandes		1871	1879	8
António dos Santos Viegas	Licenciado	1879	1880	1
Manuel da Costa Alenão	Prof. catedrático de Medicina	1880	1882	2
Francisco Augusto Correia Barata	Licenciado em Filosofia	1882	1885	3
Abílio Augusto da Fonseca Pinto	Bacharel em Direito	1885	1893	8
Albino Augusto de Manique e Melo	Bacharel em Filosofia	1893	1896	3
Alberto Pessoa	Licenciado em Filosofia	1896	1900	4
Francisco José de Sousa Gomes	Prof. catedrático de Filosofia	1900	1911	11
Eugénio Eduardo da Costa Sales		1911	1912	1
Joaquim Martins Teixeira de Carvalho	Doutor em Medicina	1912	1921	9
Joaquim de Carvalho	Prof. catedrático de Filosofia	1921	1934	13

Fonte: Joaquim Martins de Carvalho, *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade e do seu Monte-Pio de Beneficência*, Coimbra, 1891; *Anuário da Universidade de Coimbra*, (vários anos); *Memória Professorum Universitatis Conimbrigensis, 1772-1937*, vol. II, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992.

textos desta obra, essa actuação é bem salientada, pelo que não desenvolvemos a sua biografia.

Para além dos administradores e directores, a Imprensa contava com um grupo de valiosos elementos, entre os quais convém salientar os revisores. Por esta função passaram nomes sonantes das letras portuguesas, como Vitorino Nemésio, João Gaspar Simões e Flausino Torres, ou homens de elevada envergadura moral como Cândido Nazaré, chefe das oficinas gráficas⁽⁴⁸⁾.

Torna-se evidente que um estudo desta natureza sobre a Imprensa da Universidade deverá ser continuado, no sentido de um melhor conhecimento da acção desenvolvida pelos seus actores. É preciso também ter presente que, tratando-se de uma empresa, as questões sociais não deixariam de se colocar: desemprego, reivindicações operárias, greves⁽⁴⁹⁾. Enfim, uma página que urge escrever:

Em conclusão:

A Imprensa da Universidade durante o Liberalismo e a I República surge como uma das várias empresas editoriais que, em Portugal, se dedicaram à publicação de obras sobre múltiplas temáticas, embora com particular incidência em matérias científicas, como bem o evidenciam os Catálogos de livros publicados. A sua história confunde-se com a da Universidade e com a do próprio país, numa época de profundas mudanças e rupturas políticas e sociais. Muito há ainda por fazer. Nesta breve síntese foram apenas levantados alguns tópicos que carecem de uma maior reflexão. O seu passado é ainda "um país estrangeiro", com recantos por descobrir, zonas por visitar...

⁽⁴⁸⁾ Jorge Peixoto, *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré. Chefe das Oficinas da Imprensa da Universidade de Coimbra*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

⁽⁴⁹⁾ É, sem dúvida, um facto socialmente relevante o do mais antigo Montepio de Coimbra ter sido fundado a 8 de Setembro de 1849 por 16 artistas da Imprensa da Universidade - o Montepio da Imprensa da Universidade - cujos Estatutos foram aprovados em 1867.

